Revista ADESG
Defesa e Desenvolvimento

Nº 267 | Junho | 2012 | Ano 37 | www.adesg.org.br

Informativo da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

BRASIL
A Proteção da América do Sul?

O SUCATEAMENTO
da Defesa pela
Visão do Ministro – Pág ??

CENTENÁRIO
de Rio Branco,
o Mago da Defesa – Pág 10

PRÓXIMA EDIÇÃO
Marinha do Brasil
Amazônia Azul

EMGEPRON
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS
www.EMGEPRON.com.br
ISO 9001
30 anos de qualidade em
Gerenciamento de Projetos

CONSELHO EDITORIAL

DPF. PEDRO LUIZ BERWANGER
C. ALTE WILSON MONTALVÃO
GEN. MÁRCIO TADEU B. BERGO
BRIG. WILSON NUNES VIEIRA
CMG. JOSÉ HERIBERTO COSTA
PROFª. LÍCIA MENDES NEVES
PROFº. ÉDSON SCHETTINE

As matérias são de inteira responsabilidade de autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas

COORDENADOR:
David Klajmic

JORNALISTAS:
Carlos Newton
Niland Carneiro

DIAGRAMAÇÃO E ARTE:
Murilo Lins

PRODUÇÃO GRÁFICA:
Juvenil de Siqueira

REVISTA:
Revista ADESG
Publicação mensal
Junho 2012
Ano 37 – Nº 267
Tiragem 20.000 exemplares

ENDEREÇO:
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, nº 25
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22030010 - Tel.: 2262-6400
Fax: 2223-1834

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.adesg.org.br
http://adesg-an.blogspot.com

E-MAIL:
adesg@adesg.org.br

IMPRESSÃO:
Ediouro Gráfica e Impressora Ltda.

Base Industrial de Defesa

C. Alte Wilson Montalvão
1º Vice-Presidente ADESG

Base Industrial de Defesa – BID seria mais um conjunto de letras com a intenção de simplificar a comunicação, aspecto bem característico dessa época, sempre com pressa e muitas das vezes sem preocupação para a discussão mais aprofundada do significado da sigla.

A razão que me propus em diferenciar as cores de cada letra é a tentativa de iniciar um debate mais profundo sobre o que elas representam, quais as suas importâncias na Sociedade e como poderemos contribuir para seu êxito.

A palavra Base é bem apropriada como sendo a primeira letra. Sugiro que a entendamos como a origem do processo, aquele círculo mais interno, por meio do qual se poderá fundamentar e sustentar os círculos concêntricos, de maior raio, que sucederão em continuidade. Sua adequada preparação possibilitará a construção de alicerces que definirão o quanto ela será efetiva, sustentável e forte para enfrentar os obstáculos que se apresentarão ao longo do caminho. Assim, o princípio é a EDUCAÇÃO, condição fundamental para que possamos entender, perceber, criar e aproveitar as oportunidades que se apresentam. Sem conhecimento somos incapazes de discernir e absorver a tecnologia e a inovação que determinam o desenvolvimento de uma nação. Não teremos condição de buscar benefícios ou preservar as benesses que herdamos da natureza, para a melhoria de nossa Sociedade.

A seguir taemos um círculo maior no qual se insere o Industrial que alimentado por mão de obra bem educada e preparada contribuirá para que com ordem alcancemos o progresso almejado e desfraldado em nossa Bandeira. A indústria é o elemento impulsionador, aquele que absorverá o segmento de trabalhadores: técnicos, engenheiros, administradores, pesquisadores, empresários, e tantos outros profissionais que ao se conscientizarem de seu importante papel na formação de uma sociedade justa e progressista se constituirão em um bloco coeso e forte.

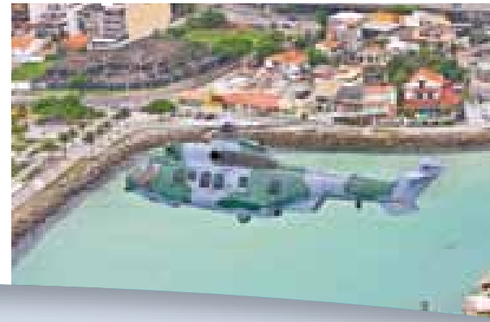
Como círculo mais externo, mas caudal dos círculos interiores e por isso mesmo tão importante quanto os dois anteriores, destacamos a Defesa, importante ideia que não pode e nem deve ser negligenciada, sob o risco de se ter todo o esforço despendido na construção da Sociedade destruído. Inúmeros são os exemplos na História do Mundo, que devem servir de alerta e atenção. Negligenciá-la é preconizar o fracasso. O Brasil não tem o direito de desconsiderá-la. Muito há que preservar, pois as riquezas que possuímos serão cada vez mais cobiçadas e motivadoras de usurpação. Para isso deveremos nos preparar sem mais postergação e sem preconceitos, muitos dos quais incentivados por ideias exógenas e falsas premissas.

Ao apresentar uma síntese sobre esse importante segmento para o nosso desenvolvimento, deixo o desafio de pensar, discutir e sugerir ações sobre o Tema. Vamos abrir um canal nessa revista a todos que se sintam motivados. Como Adesguianos devemos apresentar contribuição e esclarecer nossa Sociedade sobre a necessidade de se preocupar com a Base Industrial de Defesa, normalmente encarada como um segmento menos nobre e representante de sentimento belicoso, opressor e de usurparsão.

Forte abraço,

Vice-Presidente

Critique, comente, sugira. Aguardamos sua opinião.



Por: Luiz Guilherme Sá da Silva - Ten Cel Inf Aer
Revisão: Luis Humberto Vieira Leite - 2º Ten QCOA JOR

INDÚSTRIA DE DEFESA AEROESPACIAL

e os Projetos da Força Aérea Brasileira

A Missão Síntese da Aeronáutica tem foco na sua atribuição principal e razão de ser como Força Armada. A Aeronáutica deverá defender o Brasil, impedindo o uso do espaço aéreo brasileiro para a prática de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais, caso de crimes transnacionais tais como o narcotráfico, o contrabando e a biopirataria. Para isso, a Aeronáutica deverá dispor de capacidade efetiva de vigilância, de controle e de defesa do espaço aéreo, com recursos de detecção, interceptação e destruição que a torne apta a defender o Espaço Aéreo Brasileiro. É por isso que o Planejamento Estratégico da Força Aérea elenca vários projetos considerados prioritários e sintonizados com a Estratégia Nacional de Defesa.

O Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) busca o fortalecimento da indústria aeroespacial e de defesa brasileira para viabilização desses projetos. A mobilização e o fortalecimento de toda a cadeia produtiva nacional, em consonância com as medidas governamentais refletidas na Estratégia Nacional de Defesa e no Plano Brasil Maior, têm sido foco da FAB em seus projetos estratégicos.

Nesse sentido, a indústria aeroespacial é considerada estratégica por integrar atividades multidisciplinares, gerando alta tecnologia e emprego de capital humano especializado. Esta indústria é constituída por três setores: Aeronáutica, Defesa e Espacial. Os dois primeiros caracterizam-se por terem a maior parte de pesquisa e desenvolvimento concentrados nas próprias indústrias. Já o setor Espacial possui a maioria de suas atividades científicas realizada pelos laboratórios públicos, com a participação do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) do Comando da Aeronáutica.

Segundo a FIESP, a indústria Aeroespacial, além de impulsionar outros setores, melhorando a qualidade dos produtos em suas cadeias produtivas por meio da incorporação de procedimentos de inovação e tecnologias sensíveis, estimula a independência de importação e possibilitando maior penetração no mercado de exportação.

Para que essa sinergia entre as atividades de Defesa, onde a grande responsabilidade de vigilância do espaço aérea atribuída à Força Aérea, e a indústria nacional caminhem em prol de um Brasil soberano, alguns projetos considerados estratégicos serão elencados a seguir:

Projeto KC-390

Desenvolvimento de um Cargueiro Tático de 10 a 20 toneladas, bem como sua versão de reabastecedor aéreo (Projeto KC-X), a fim de suprir necessidades estratégicas e operacionais da FAB. O primeiro vôo já está previsto para 2014 e a EMBRAER já conta com clientes de exportação para o cargueiro.

Projeto P-3BR

Prover a Força Aérea Brasileira de aeronaves de PATRULHA MARÍTIMA baseadas em terra, destinadas a executar missões de vigilância de áreas marítimas e missões de ataque contra alvos de superfície e contra submarinos.

Projeto do VEÍCULO LANÇADOR DE SATÉLITES (VLS-1)

Desenvolver o Veículo Lançador de Satélites VLS-1, composto por quatro estágios de propulsão, utiliza combustível sólido em todos os estágios e está enquadrado na classe dos lançadores de pequeno porte. Sua capacidade nominal de satelitização é de 100 a 380 kg em órbitas circulares equatoriais de 200 a 1200 km de altitude ou de 75 a 275 kg em órbitas circulares polares de 200 a 1000 km de altitude.

Projeto H-XBR

Aquisição de um novo modelo de helicóptero de médio porte que, a despeito das condições ambientais, seja capaz de executar, de forma eficaz, as missões que lhe são inerentes, ou seja, as missões de: Busca e Salvamento (incluindo Combate SAR-CSAR); Evacuação Aeromédica; Exfiltração e Infiltração Aérea; Transporte Aéreo Logístico; Cívico-Social; Integração Nacional; Misericórdia; e Humanitária. As três primeiras unidades foram recebidas em 2010, de um total de 50. Essa aquisição também se destaca por ser a primeira a englobar unidades para a Marinha, Exército e Aeronáutica, além do fato das próximas unidades serem produzidas no Brasil pela Helibras.

Projeto F-X2

Aquisição e implantação de aeronaves de caça de múltiplo emprego, simuladores e suporte logístico para a implantação no acervo da Força Aérea Brasileira (FAB), bem como toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida.

Projeto de Modernização da aeronave A-1

A aeronave A-1, por ter sido concebida há mais de 20 anos, precisa ser modernizada de forma a: aumentar sua capacidade operacional; padronizar os três lotes existentes; resolver problemas de obsolescência de alguns equipamentos da atual configuração; padronizar a suíte aviônica com aquela empregada nas aeronaves de caça F-5BR e AL-X; e reduzir o custo do ciclo de vida da aeronave.

Em todos esses casos, são assinados acordos de “OffSet”, compensações econômicas para o Brasil por meio de parcerias dos estrangeiros com empresas nacionais que são beneficiadas, por exemplo, com transferência de tecnologia.

Tendo em vista os grandes eventos em que o Brasil estará envolvido nos próximos anos, como a Conferência Rio +20, Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas e Encontro Mundial dos Jovens Católicos, esses projetos considerados estratégicos para a Força Aérea Brasileira a deixarão apta a melhor cumprir suas atribuições constitucionais, bem como, ajudar a alavancar desenvolvimento da Indústria Aeroespacial, possibilitando ao país um lugar de destaque no cenário internacional.

DEMARCAÇÃO DA ÁREA ONDE SERÃO CONSTRUÍDAS A BASE NAVAL E O ESTALEIRO DOS SUBMARINOS

Na UFEM serão produzidas as estruturas internas de submarinos, além da pré-moldagem dos materiais e equipamentos que irão dentro do meio. Responsável pelas obras da Unidade, o engenheiro civil Marcelo Vieira, conta que, desde julho deste ano, foram executadas 700 estacas, de um total de 1,6 mil. "Trabalhamos hoje com quatro máquinas de perfuratriz para as estacas do tipo escavada e outras duas para as estacas do tipo hélice".

SEde da fábrica da Nuclebrás, em Itaguaí (RJ), local que será visitado pela presidenta Dilma Rousseff. Foto: Marinha do Brasil

Maquete estaleiro naval

COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR EM ITAGUAÍ TEM A PRESENÇA DA MARINHA

Espaço abrigará Submarino Nuclear, Companhia de Fuzileiros Navais, Hotéis de Trânsito e Hospital

Uma das maiores obras entre as que estão em pleno andamento no Brasil é a que vem sendo feita em Itaguaí, no Rio de Janeiro, onde será instalado o Estaleiro responsável pelo apoio e construção de quatro submarinos convencionais, pelas partes estruturais dos futuros submarinos nucleares e também da Base Naval que abrigará uma Companhia de Fuzileiros Navais, um Hospital Naval, Hotéis de Trânsito e um Laboratório de Monitoramento Ambiental. Segundo o Comando da Marinha, o volume de materiais, mão de obra e recursos financeiros envolvidos neste grandioso empreendimento é o maior direcionado à MB nos últimos 100 anos, resultante do trabalho iniciado na década de 70.

O grandioso complexo industrial e militar teve sua localização estrategicamente estudada e fica em posição equidistante dos extremos Norte e Sul, exatamente no meio das reservas petrolíferas marinhas, que vão da Bacia do Espírito Santo à Bacia de Santos, no litoral paulista. De acordo com o que já se pode ver, as obras vem se desenvolvendo em quatro áreas distintas, todas em ritmo acelerado.

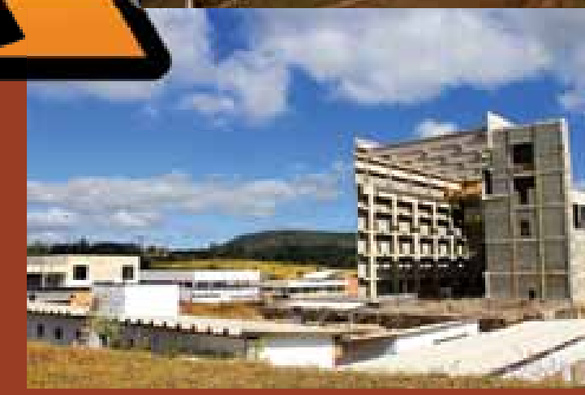
A primeira, localizada ao lado da NUCLEP, será a Unidade de Fabricação de Vigas Metálicas - UFEM -, responsável pela produção das estruturas dos submarinos que não fazem parte do cilindro resistente do casco, como os tanques, as bases e os berços. É na UFEM também que as seções do casco resistente e os berços que serão incorporados a elas receberão essas estruturas, as tubulações, o cabeamento e alguns equipamentos. Toda essa primeira parte deverá estar concluída em novembro deste ano.

Base Naval em Itaguaí

A segunda área do projeto é a Base Naval Norte – BNN -, que controlará o acesso ao Estaleiro,à Companhia de Fuzileiros Navais, aos Hotéis, ao Hospital e ao Laboratório de Monitoramento Ambiental. No momento, o espaço abriga o canteiro onde são produzidas as estacas e os pré-moldados que serão utilizados nas obras da área Sul.

A Base Naval Sul – BNS –, terceira área da obra, servirá para dar apoio aos submarinos quando atracados. Nela, ficará sediado o Comando da Força de Submarinos.

Finalmente, a quarta área compreende o Estaleiro de Construção – EC – onde as seções dos submarinos serão unidas e onde a seção que abriga a parte nuclear do submarino será montada. No EC também funcionará o Estaleiro de Manutenção – EM – com as oficinas que farão manutenção e reparo nas naves. Todo o complexo industrial e militar deverá estar totalmente pronto em 2015.



PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA

O Programa Nuclear da Marinha, que a Força vem executando desde 1979, visa capacitar o País à: - dominar o ciclo do combustível nuclear, que teve como principal desafio a tecnologia de separação isotópica do urânio, obteve seus primeiros resultados já em 1982, data de construção da primeira ultracentrifuga. Com a tecnologia dominada a MB passa a fornecer cascatas de enriquecimento de urânio para que as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) produza no Pais combustível para as usinas de Angra I, II e futuramente Angra III. Adicionalmemnte esforços foram envidados no desenvolvimento do processo de conversão de concentrado de urânio (yellow cake) em hexafluoreto de urânio(UF6). Esta etapa do ciclo do combustível nuclear será feita na usina piloto de Hexafluoreto de urânio (USEXA) que encontra-se em fase inicial de comissionamento e planeja-se que para 2013 já esteja em pleno funcionamento.- projetar e construir um laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE). O projeto tem como propósito o desenvolvimento de um reator com potência de 11 Megawatts elétrico (Mwe), o suficiente para iluminar uma cidade de aproximadamente 20.000 habitantes. Essa instalação servirá de base para qualquer projeto de reator nuclear de potência no Brasil. Pela característica dual, o LABGENE é também um protótipo em terra do sistema de propulsão naval que, por sua vez, permitirá a capacitação necessária para readequá-la ao submarino nuclear S(N).

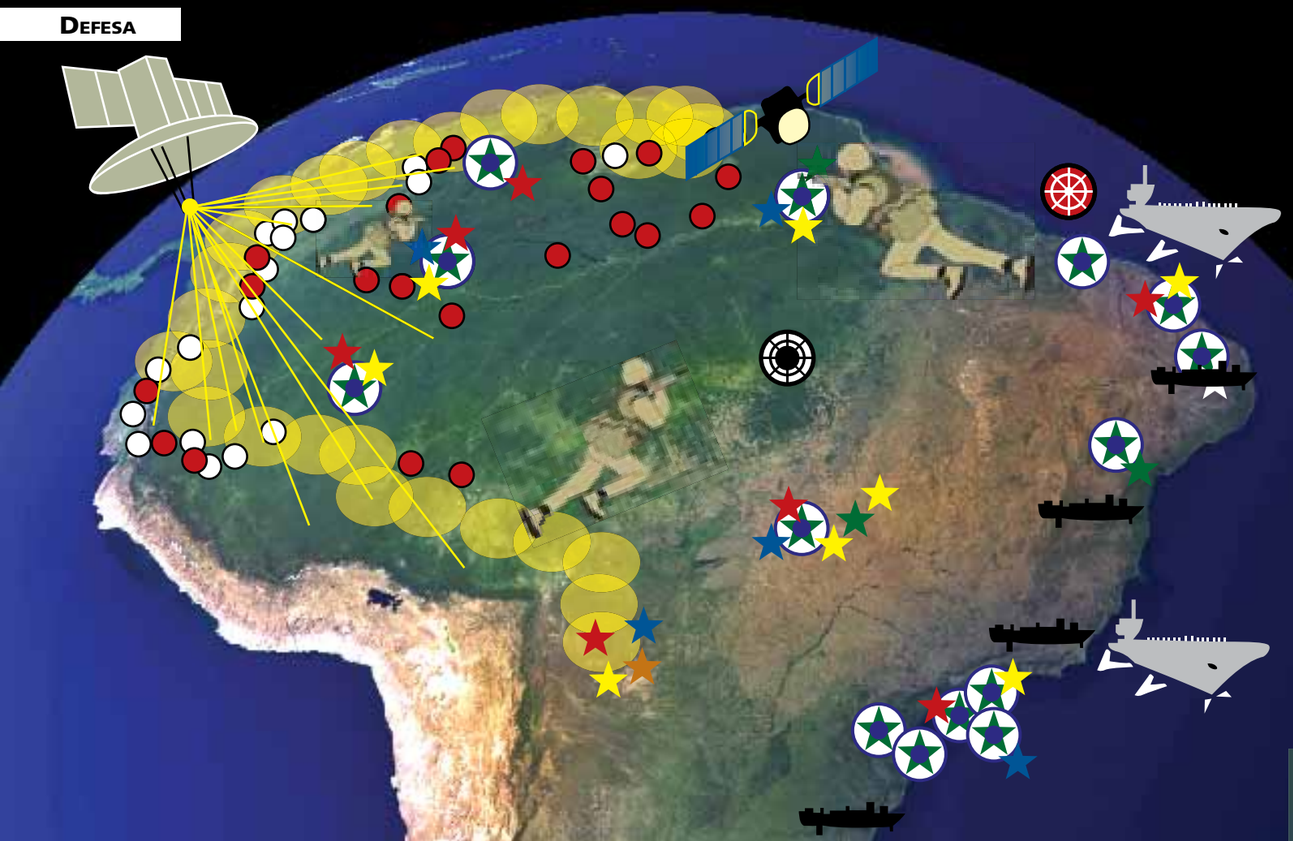
As obras de construção civil e montagem dessa instalação estão em andamento, devendo ser prontificada em 2014.

Desenvolvidos e concluídos esses dois projetos e logrado êxito na operação dessa planta nuclear, estarão criadas as condições para a operação de um submarino com propulsão nuclear, que deverá ser antecedido pelo projeto, construção e avaliação de um submarino convencional nacional. Esse foi o caminho percorrido por todos os países que possuem submarinos nucleares nas suas marinhas.

Do início, em 1979, até por volta do princípio da década de 1990, o Programa Nuclear da Marinha contou com o aporte de recursos adicionais ao orçamento da Força, provenientes de outras fontes governamentais, que possibilitaram o domínio do ciclo do combustível, alcançado ao final da década de 1980. A partir daí, o programa passou a ser custeado, praticamente, com recursos apenas do orçamento da Marinha do Brasil (MB), que além de declinante, teve de atender todas as demais demandas da Força.

O Presidente Lula, em visita realizada ao Centro Experimental Aramar no ano de 2007, motivado pela dimensão do Programa, pelo arrasto tecnológico que ele proporciona ao País e pela importância estratégica para a Marinha e para o Brasil, anunciou, na ocasião, que os recursos necessários para a conclusão do PNM seriam provisionados nos orçamentos subsequentes, o que vem ocorrendo desde então.

Na concepção estratégica da MB, a disponibilidade do submarino de propulsão nuclear e da estrutura necessária para apoio á sua operação, significaria acrescentar nova dimensão ao nosso Poder Naval, garantindo-lhe invejável capacidade de dissuasão e colocando-a à altura das necessidades resultantes da missão constitucional da Força Naval.



INDÚSTRIA DA DEFESA

Por: Carlos Newton

O mais ambicioso e completo projeto brasileiro de defesa, sem dúvida, é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) destinado a institucionalizar e operacionalizar políticas de proteção de todas as áreas de fronteiras do País, especialmente na Amazônia. Com sua integração ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, que inclui toda a costa do país e a área de produção do Pré-Sal, na verdade estará formado um sistema de defesa tão poderoso que poderá monitorar por satélite praticamente toda a América do Sul, dando proteção estratégica ao continente.

Quinto maior país em extensão territorial, o Brasil possui 16.886 quilômetros de fronteiras com dez nações, ao longo de 11 estados e 588 municípios. Portanto, defender as fronteiras brasileiras significa na verdade proteger um continente.

Um projeto da magnitude do Sisfron visa a atender às necessidades de monitoramento e vigilância das fronteiras, mas terá múltiplas aplicações, porque os benefícios decorrentes são diversos e vão desde estratégicos objetivos políticos e militares até aspectos estritamente sociais e econômicos.

Monitoramento

Os diversos problemas constatados nas regiões fronteiriças, como contrabando, tráfico de drogas e de armas, crimes ambientais, roubo de cargas e de veículos, adquirem maior importância diante da evidente insuficiência de monitoramento e de proteção.

O último grande investimento na defesa das fronteiras foi a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e da infraestrutura técnica e operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), que exigiu investimentos da ordem de US$ 1,4 bilhões nos anos 90.

A concepção e a implantação do SIVAM/SIPAM, em operação a partir de 2002, foram cercadas de grande polêmica no meio científico brasileiro. Criticou-se, sobretudo, o fato de o governo não ter recorrido à capacidade científica nacional ao optar pela aquisição de pacotes tecnológicos completos dos EUA, mas é preciso lembrar que as condições de financiamento do Eximbank tiveram papel decisivo na escolha da empresa americana Raytheon Company.

Presença efetiva

O projeto Sisfron é um sistema de vigilância e monitoramento contínuo que visa a dotar as Forças Armadas (especialmente o Exército) de meios para uma efetiva presença em todo o território nacional, particularmente na faixa de fronteira e na Amazônia.

O prazo de implantação está calculado em 10 anos e o investimento estimado é de US$ 6 bilhões. Ao final do projeto, será traçado um cronograma de desembolso a cargo do Ministério de Defesa. O Sisfron conta com operações de crédito externo, parcerias público-privadas, e operações do BNDES para seu financiamento.

Os principais benefícios são o incremento das oportunidades de integração regional e da cooperação militar com as Forças Armadas vizinhas; uma maior presença do Estado e a integração entre órgãos do governo; aumento da capacidade de vigilância militar e de monitoramento; a efetivação da estratégia de presença militar e a melhoria da capacidade de apoio às suas operações.

Com a implantação do projeto haverá maior controle da preservação ambiental, proteção da biodiversidade, defesa das populações indígenas; ampliação da presença do Estado junto a populações desassistidas e aumento da sensação de segurança.

Os efeitos econômicos também serão amplos, com a criação de oportunidades de crescimento para a indústria nacional de defesa, com elevação da sua capacidade tecnológica. Para a operacionalização do Sisfron, o Exército necessitará, por exemplo, de radares sofisticados de curto e longo alcances, equipamentos de visão noturna, torres de observação e transmissão de sinais, câmeras óticas e termais, vigilância por satélites, sistemas de treinamento e simulação, veículos aéreos não-tripulados, blindados para proteção de fronteiras, veículos de apoio, embarcações especiais etc.

PARADOXO MILITAR

Sucateamento e avanço tecnológico

O Brasil vive um momento paradoxal. Ao mesmo tempo em que se constata o progressivo sucateamento e a obsolescência de grande parte dos equipamentos das Forças Armadas, verifica-se também um expressivo avanço tecnológico da chamada indústria nacional da defesa, um fato que vem até passando despercebido da opinião pública.

Como se sabe, os cientistas da Marinha do Brasil, por exemplo, já levaram o país a dominar todo o ciclo do enriquecimento do urânio e hoje o País está plenamente capacitado a participar da fabricação do primeiro submarino nuclear brasileiro e de outros importantes projetos militares e civis.

Mas as conquistas tecnológicas das Forças Armadas e das empresas brasileiras não param por aí. Muito pelo contrário, avançam cada vez mais. Um exemplo que poucos conhecem: em testes realizados a 18 de abril, o Brasil acaba de se tornar um país independente na fabricação e certificação de motores para mísseis Exocet de última geração, entre eles um eficiente artefato antinavio de superfície de médio alcance.

Há muitos outros exemplos de programas de sucesso de nossa indústria da defesa, como a fabricação da aeronave militar KC- 390, um vitorioso projeto da Aeronáutica e da Embraer para transporte tático/logístico e reabastecimento em pleno vôo, que estabelece um novo padrão para o transporte militar médio e será adotado por outros países, entrando em nossa pauta de exportações militares.

Outros destaques da nossa indústria da defesa, sem a menor dúvida, são a transferência de tecnologia francesa para a fabricação no Brasil de helicópteros do novo modelo EC-725 Super Cougar, para equipar as Forças Armadas; a construção das novas fragatas da Marinha em estaleiros nacionais; e a produção do novo veículo blindado, o Guarani.

Por fim, o mais importante projeto de defesa vem sendo desenvolvido pelo Exército. Trata-se do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que visa a dotar a força terrestre de meios de controle sobre todo o território nacional, particularmente sobre a faixa de fronteira e na Amazônia, com investimento estimado de US$ 6 bilhões.

E tudo isso servirá para ativar ainda mais nossa indústria de defesa, com as Forças Armadas brasileiras entrando em novo patamar tecnológico. São boas notícias, não há dúvida, em meio ao desânimo provocado pelo progressivo sucateamento dos equipamentos das Forças Armadas brasileiras, que realmente chegou a um ponto crítico.

"Segurança é um assunto multidisciplinar, não pode ser abordado de forma unidirecional"

SEGURANÇA PÚBLICA

Uma Visão Estratégica

Muito se discute, no Brasil atual, a questão "segurança pública". O objetivo, aqui, é analisar o tema sob o ponto de vista da Estratégia. A ideia corrente é a de que se deve combater a criminalidade. No entanto, o que se deve fazer é evitar a criminalidade, atuando na causas, não nas conseqüências. Prevenir é muito melhor, mais fácil e mais barato do que remediar.

A palavra "segurança" provém do latim "securitas", tranqüilidade, calmaria, viver ou estar sem temor, ter confiança. Segundo Malow, é "a busca de proteção contra a ameaça ou privação, a fuga e o perigo. Conforme nossa Constituição Federal, a "Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio"

Digo, então, que o problema não é a segurança... é a insegurança! Insegurança é uma necessidade humana básica não atendida e/ou o fruto de uma ação ou omissão de alguém.

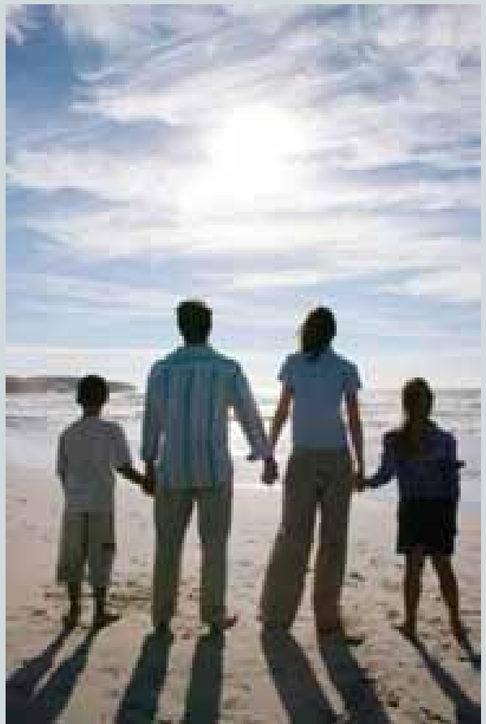
São numerosas as faces da insegurança, sendo as mais visíveis o narcotráfico, o contrabando, a corrupção, as fraudes, a lavagem de dinheiro, os seqüestros e extorsões, a violência urbana, o crime organizado em geral e as disputas (fundiárias, hídricas, bens). Todas com origem no agir humano. Em adição, existem as catástrofes naturais (secas, inundações, terremotos etc).

Em se tratando de Brasil, este deve ser a referência, seus males lhe são peculiares. Outros países, outros problemas, outras soluções. E quais são os principais problemas que favorecem a insegurança em nosso país? São quatro "ingredientes": desconhecimento (incompetência), descompromisso ("politicalha"), desvios (corrupção) e Justiça congestionada (impunidade). Estes elementos são "temperados" com carência de valores, cipoal legislativo, burocracia sufocante e tributação absurda (em quantidade e em incidência).

Segurança, portanto, não é somente transitar pelas ruas sem receio de ser rendido por assaltantes. Segurança é um somatório de atividades e benefícios, como desfrutar de atendimento de saúde digno, consumir produtos fiscalizados e sem riscos, ter um trânsito sem selvageria, efetuar investimento produtivos sem alterações nas "regras do jogo", lavrar contratos com certeza de que serão cumpridos. E por aí afora, estando implícito confiar na instituição policial e na Justiça. O conceito engloba segurança física, institucional, financeira, sanitária, ascensão social, meios de comunicação e de transporte, desenvolvimento individual, pensamento e de idéias. E seus instrumentos de busca são medidas (ativas e reativas) de defesa da pátria, do cidadão, do estado de direito, das instituições, da cultura e dos valores nacionais etc.

O equacionamento do problema "insegurança" envolve, então, a imposição de poder, para vencer obstáculos, visando atingir objetivos – definição clássica de Estratégia.

Tendo em vista que as leis da Natureza e a essência humana são imutáveis, cabe-nos aceitação e adaptação. As atitudes políticas e econômicas, as catástrofes e os conflitos, estes são imprevisíveis. A atitude é nos mantermos preparados. Já populações, tecnologias, obras humanas e idéias, estas se alteram constantemente. Sobre tais agentes, então, é que podemos e devemos atuar.



Assim, excetuando-se as coisas da Natureza, se as raízes do problema são conflitos e interesses inerentes ao ser humano, a solução estará, igualmente, em ações sobre seres humanos. O fundamento, pois, da segurança está em se satisfazerem as necessidades e aspirações da população, ao mesmo tempo em que se controlem os impulsos individuais por intermédio de bom caráter, do sistema legal e do aparato da Justiça. Portanto, para se atingir o foco do problema insegurança, no Brasil, sugiro quatro ações:

No campo psicossocial, agir sobre as pessoas, proporcionando conhecimento e valores positivos. Será possível reduzir em 40% as causas de ocorrências nefastas. Só por meio da educação se pode transformar uma sociedade. E educação não é somente ensino, mas também formar o cidadão, incutindo-lhe valores morais e éticos e ainda cuidados com a saúde. Educação envolve família, escola e sociedade.

De natureza econômico-financeira, alterando o sistema, suas regras e fiscalização. Mais 40% das causas seriam eliminadas. É preciso reformar o aparato financeiro-fiscal, com reestruturação tributária e vinculação das transações e documentos fiscais. Isto reduzirá custos, incentivará a produção e minimizará a informalidade, encurralando atividades criminosas.

Na esfera Judiciária, ação sobre os infratores, os restantes, que se furtaram às ações anteriores, impondo-lhes reparação e punição. Ou seja, é possível se antecipar em até 80% dos casos, deixando a ação reativa a apenas 20%.

Na Política, reformar o sistema, visando representatividade e comprometimento. Política é atividade nobre do ser humano, a deturpação ocorrendo há "politicagem" ou "politicalha". Como é normal a ocorrência de conflitos, é necessário que haja respeito mútuo às divergências, regulamentação por leis justas e eficazes e que, acima de tudo, paire a Ética.

A estratégia propicia o uso de poderosas ferramentas para a construção de um futuro melhor. Temos que saber empregar a Educação, a Ciência, a Tecnologia, a Inovação, a Inteligência e a adequação dos dispositivos legais para imprimir um rumo ao nosso Brasil. Com regramento da atividade Política, reformatação do aparato do Estado e uso da Tecnologia da Informação, em parelha com a transmissão de valores morais, o amparo da família e o orgulho da nacionalidade, poderemos incrementar nossa infra-estrutura e equalizar as oportunidades.

A consequência será o progresso e o bem-estar dos brasileiros, com respeito ao meio-ambiente e em harmonia com as demais nações. E com tranquilidade.

BASE INDUSTRIAL DE DEFESA DO BRASIL

Momento atual

Por: Vice-Almirante Carlos Afonso Pierantoni Gambôa
Vice-Presidente Executivo da ABIMDE

Vivemos um momento singular para a Base Industrial de Defesa do Brasil.

A sociedade brasileira passa a entender que Defesa e Segurança não é assunto para ser tratado apenas por militares e policiais.

Estamos concluindo marcos regulatórios importantes e que balizarão o crescimento harmônico deste segmento que atua com produtos e serviços de alta tecnologia, que exige intensivo aporte de capital, homens e mulheres preparados e motivados, crença do Governo de que , investir em tecnologia contribui decisivamente para a consolidação de nossa soberania.

Estamos definindo empresas consideradas estratégicas pois os conhecimentos nelas armazenados faz parte da inteligência da nação. Devemos preservá-los para as futuras gerações do mesmo modo como devemos preservar nossas reservas de água e petróleo. Estão sendo definidos também os produtos considerados “produtos de defesa”

Estamos consolidando parcerias entre os vizinhos sul-americanos como preconizado na Estratégia Nacional de Defesa, possibilitando assim a que tenhamos equipamentos comuns na América do Sul fortalecendo o continente como um todo. Sabemos que não verticalizaremos todos os nossos produtos- a globalização é um fato.

Estamos ampliando a ligação e o entendimento entre o empresariado e seus únicos clientes os Ministérios da Defesa e da Justiça os quais atuam como orientadores e repassadores para as Forças Armadas e para os Órgãos de Segurança respectivamente.

Estamos recebendo apoio de agências promotoras de exportações e bancos oficiais de desenvolvimento os quais incentivam a inovação e a busca da manutenção do estado da arte para os produtos e serviços produzidos no Brasil , por brasileiros para brasileiros.

Estamos certos também que resta muito o que fazer mas entusiasmo não falta neste momento e o empresariado se mobiliza em fusões e aquisições, tornando pequenas e médias empresas mais fortes e competitivas no mercado externo.

Estamos ampliando o relacionamento com órgãos de ciência e tecnologia permitindo o apoio dos centros de pesquisas e universidades a assuntos de defesa, orientando trabalhos e construindo consistente banco de dados para o setor, permitindo conhecer quantos somos, que riquezas geramos, quais as vulnerabilidades do setor e como reduzí-las.

Estamos enfim vivendo um momento de expectativa positiva para o setor e seguros quanto ao futuro da BID. Com a evolução positiva dos orçamentos para defesa e segurança, com o aprimoramento da legislação que regula o setor, com o entendimento maior dos três poderes constituídos, seremos um País menos pobre e mais soberano.

NOVA LEI NACIONALIZA O MERCADO DE DEFESA

A Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, está nacionalizando a indústria da defesa. A maior parte das licitações e contratações de produtos e serviços estratégicos de defesa passa a ser restrita às chamadas Empresas Estratégicas de Defesa (EEDs), com controle exercido por brasileiros, natos ou naturalizados, não se admitindo sócio controlador estrangeiro (artigo 2º, XI).

Para requerer credenciamento perante o Ministério de Defesa, a empresa deve ter como objeto social atividades de pesquisa, produção, industrialização, manutenção, venda e revenda de produtos estratégicos de defesa; ser sediada no país com seu estabelecimento industrial e administração; e dispor de comprovado conhecimento científico ou tecnológico.

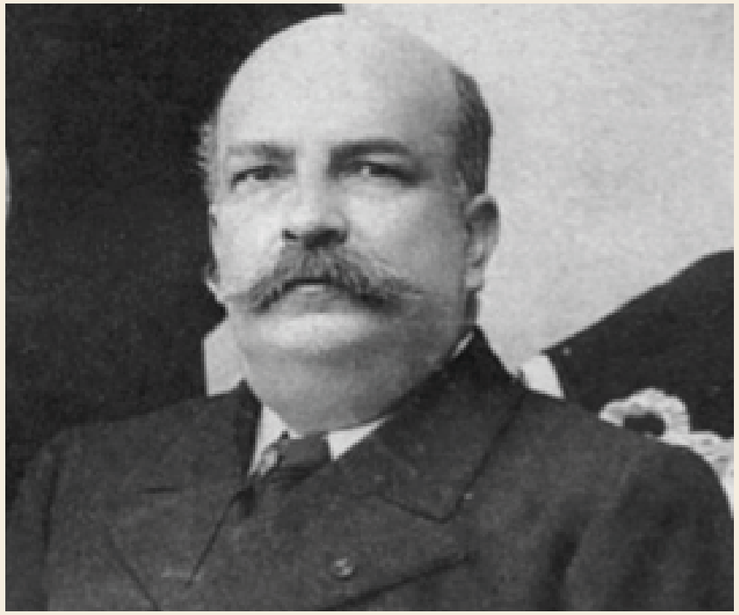
A Lei prevê também que o poder público poderá convocar licitações destinadas exclusivamente às EEDs para o fornecimento de produtos de defesa, assim considerados bens, serviços, obras ou informações, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicação, fardamentos e materiais utilizados nas atividades consideradas de interesse estratégico para a defesa nacional, seja pelo seu conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade (artigo 2º, I e II), tais como: recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais, serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico e equipamentos e serviços técnicos especializados para as áreas de informação e de inteligência.

> "A Lei prevê também que o poder público poderá convocar licitações destinadas exclusivamente às EEDs para o fornecimento de produtos de defesa"

CENTENÁRIO de RIO BRANCO, o Mago da Defesa

Por: Carlos Newton

Reconhecido hoje como um dos mais fortes e promissores países, já na condição de sexta economia mundial, o Brasil deve muito de suas riquezas ao advogado, diplomata, geógrafo e historiador José Maria da Silva Paranhos Júnior, primeiro e único Barão do Rio Branco, cujo centenário de morte está sendo celebrado este ano.



Nascido no Rio de Janeiro em 20 de abril de 1845, o Barão de Rio Branco morreu em 10 de fevereiro de 1912. Representando o Brasil, foi responsável pelos mais importantes acordos internacionais referentes às nossas fronteiras, que incorporam ao Brasil cerca de 15% de seu atual território.

Em 1895, já havia conseguido assegurar para o Brasil boa parte do território dos estados de Santa Catarina e Paraná, em litígio contra a Argentina no que ficou conhecido como a questão de Palmas.

Depois, obteve uma vitória diplomática sobre a França no caso da fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, causa ganha pelo Brasil em 1900 em uma arbitragem do governo suíço.

Foi o prestígio obtido nesses dois casos que fez com que o presidente Rodrigues Alves escolhesse Rio Branco para o posto máximo da diplomacia em 1902, quando o Brasil estava justamente envolvido em mais uma questão de fronteiras, desta vez com a Bolívia.

Em 1903, o chanceler Rio Branco assinou com a Bolívia o tratado de Petrópolis, pondo fim ao conflito dos dois países em relação ao território do Acre, que passou a pertencer ao Brasil mediante compensação econômica e pequenas concessões territoriais.

E foi o chanceler Rio Branco que criou a primeira embaixada brasileira em Washington, em 1905, quando já vislumbrava estarem os Estados Unidos a caminho de se transformar em superpotência.

EX-MINISTRO DO STJ critica sucateamento das Forças Armadas

Incisivo, verdadeiro e emocionante – assim pode ser resumido o discurso do jurista Waldemar Zveiter, após almoço mensal da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em que fez importantes denúncias, especialmente no tocante ao sucateamento das Forças Armadas.

O primeiro pronunciamento foi do Presidente da ADESG, Dr. Pedro Luiz Berwanger, que falou da importância da Maçonaria brasileira em defesa da soberania obre a Amazônia, hoje ameaçada pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Nações Indígenas.

Berwanger alertou que esse Tratado da ONU, assinado pelo governo brasileiro em 2007, determina a independência política, administrativa e social das 206 etnias indígenas existentes no país, cujas reservas podem se transformar em países autônomos, se o Brasil realmente seguir os termos do acordo internacional.

Falando em seguida, o jurista Waldemar Zveiter, que é ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Grão-Mestre da Maçonaria no Rio, começou criticando o governo federal por ter enviado em 2005 ao Congresso o projeto 4.779/05, que permitiria a alienação de parte da Amazônia à empresas privadas. A proposta foi encaminhada em regime de "urgência constitucional", que dava à Câmara e ao Senado apenas 45 dias para debate e aprovação.

> "A maior parte dos equipamentos está obsoleta. A Marinha só tem um porta-aviões"

Zveiter disse que naquela ocasião escreveu e publicou o livro "A Maçonaria pela Integridade da Amazônia em Defesa da Soberania do Brasil", que foi distribuído a todos os parlamentares e contribuiu para rejeição de projeto.

Em seguida, o ex-ministro do STJ retomou a linha do discurso de Berwanger e chamou a atenção para as ameaças à soberania brasileira na Amazônia e suas riquezas – minérios, biodiversidade e até água potável.

Zveiter lamentou então o progressivo sucateamento das Forças Armadas e os baixos salários dos militares, dizendo que hoje a remuneração de um General de cinco estrelas é inferior ao vencimento de um juiz iniciante, fato que considera injusto e inconcebível.

Passou a analisar situação dos equipamentos de cada uma das Armas, mostrando que o Exército, Marinha e Aeronáutica não têm condição de defender os interesses e a soberania do país. "A maior parte dos equipamentos está obsoleta. A Marinha só tem um porta-aviões", frisou, assinalando que os outros principais navios da Armada foram fabricados na época da Segunda Guerra Mundial.

Foi um discurso longo, que a platéia ouviu em impressionante silêncio, no salão do Clube de Aeronáutica. Sempre de improviso, o jurista Zveiter mostrou ser um experimentado orador e foi emendando uma denúncia à outra. Citou também a situação crítica do Exército, especialmente nas áreas de fronteira, sem condições de defender os interesses nacionais na Amazônia.

Depois, demorou-se a apontar o sucateamento da Aeronáutica, que tem cada vez menos aeronaves em condições de voar. Indagou então pelos novos caças, que ninguém sabe quando realmente serão comprados.

Ao final, criticou também a discussão sobre o Código Florestal no Congresso sem que tivessem sido ouvidas as Forças Armadas nas questões relativas à Amazônia. Disse que isso mostra que os governantes brasileiros, além de permitirem a progressiva obsolescência dos equipamentos, também desprezam a valiosa opinião dos militares.

Ao encerrar o pronunciamento, o ex-Ministro do STJ Waldemar Zveiter foi ovacionado, com todos os participantes do almoço se levantando para aplaudi-lo de pé, demoradamente.

No almoço em homenagem à Maçonaria, a ADESG reuniu diversas personalidades civis e militares, e todos fizeram questão de cumprimentar o ex-Ministro do STJ Waldemar Zveiter, pelo seu convicto discurso focado em marcantes e preocupantes temas que envolvem a soberania do Brasil.

O ex-Ministro do STJ, Waldemar Zveiter, tendo ao lado, entre outras personalidades, a Desembargadora Letícia Sardas, Vice-Presidente do TRE do Rio de Janeiro

O Dr. Amândio Silva, Delegado do Grande Oriente Lusitano para a América Latina, foi recepcionado pelo Presidente da ADESG, Dr. Pedro Berwanger

Presidente de Honra da ADESG, o Ministro da Defesa Celso Amorim cumprimenta o Presidente da ADESG, Dr. Pedro Berwanger,

BRASIL SEDIA III SIMPÓSIO DAS MARINHAS DA CPLP

A Marinha do Brasil realizou entre os dias 8 e 10 de maio o III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que aconteceu na Escola de Guerra Naval, na cidade do Rio de Janeiro. O Simpósio abordou como tema central a "Garantia da defesa e segurança marítimas, em âmbito nacional, regional e global. A cooperação entre as Marinhas para o monitoramento e o controle do tráfego marítimo nas águas jurisdicionais dos países".

Na ocasião, o anfitrião, Alm. Esq. Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil, recepcionou os representantes das Marinhas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, além do Ministro da Defesa Celso Amorim.

O Presidente da ADESG, Dr. Pedro Luiz Berwanger, também prestigiou a cerimônia inaugural do evento.

Durante o último almoço que acontece mensalmente no Clube Naval, promovido pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção Rio de Janeiro – o Diretor da Casa da FEB, Professor Israel Blajberg, o veterano do Batalhão Imperador (1° BG) Dr. Miguel Grinspan, e a Capitã-de-Corveta (Res) da Marine Nationale Française, Marie-Laure Charles, que é Diretora Geral do ECA Group Brésil, receberam a "Carte Membre Sympathisant de l`AFAC" – Association Française des Ancien Combatants. Nas fotos, o Almirante José Pardellas recebendo o distintivo da l`AFAC e a capitã sendo condecorada.

GENERAL HELENO FALA SOBRE O SISFRON

Sobre o tema "Proteção das Fronteiras na Amazônia", o General reformado Augusto Heleno Pereira fez uma interessante palestra, no dia 24 de abril, na Delegacia da Adesg do Rio de Janeiro, ocasião em que aproveitou para criticar o processo de sucateamento pelo qual vem passando as Forças Armadas. Segundo ele, o Comando Militar da Amazônia vive sob condições cada vez mais precárias, contudo ressaltou que há possibilidades de se reverter esse quadro. O General Heleno citou com entusiasmo o Projeto Sisfron, que vai monitorar, via satélite, todas as fronteiras e o litoral do País, uma vez que a implantação desse programa de defesa necessita, inevitavelmente, da modernização dos equipamentos das Forças Armadas.

O delegado da Adesg/RJ, Cont. Alte. Mauro Francisco Albuquerque Lima, com membros da Diretoria Executiva da Adesg Nacional, por ocasião da aula inaugural do XXXVIII CEPE.

QUADRO ATUAL DOS DELEGADOS DA ADESG

	ESTADO	DELEGADO (A)
01	ACRE	ADV. RAFAEL TEIXEIRA SOUZA
02	ALAGOAS	EM PROCESSO DE MUDANÇA
03	AMAPÁ	EM PROCESSO DE MUDANÇA
04	AMAZONAS	CMG. DAUSTER SÁ RIBAS GONÇALVES
05	BAHIA	CMG. SÉRGIO LUIZ BELMONT LONCAN
06	CEARÁ	EM PROCESSO DE MUDANÇA
07	DISTRITO FEDERAL	PSIC. PAULO ROBERTO MOREIRA
08	ESPIRITO SANTO	ADM. RICARDO ANTÔNIO MONTOITO BERGMANN
09	GOIAS	CEL. PM JOSÉ JORGE VIEIRA
10	MARANHÃO	PROF. DR. JOSEMAR BEZERRA RAPOSO
11	MATO GROSSO	EM PROCESSO DE MUDANÇA
12	MATO GROSSO DO SUL	CEL. MURILO OLIVEIRA CASTRO
13	MINAS GERAIS	PROF. INÁCIO LOIOLA PEREIRA CAMPOS
14	PARÁ	TEN. CEL. MONCLAR DA ROCHA BASTOS
15	PARAIBA	DR. JOSÉ DE ARIMATÉA DE ALBUQUERQUE
16	PARANÁ	CEL. ANTONIO CARLOS DA SILVA FIGUEIREDO
17	PERNAMBUCO	DR. MERALDO ZISMAN
18	PIAUI	EM PROCESSO DE MUDANÇA
19	RIO DE JANEIRO	C.ALTE. MAURO FRANÇA ALBUQUERQUE LIMA
20	RIO GRANDE DO NORTE	PROC. ZÉLIA MADRUGA
21	RIO GRANDE DO SUL	DR. EVERTON MARC
22	RONDONIA	PROF. ALEXANDRE THOMÉ DA SILVA DE ALMEIDA
23	RORAIMA	GEN. ELIESER GIRÃO MONTEIRO
24	SANTA CATARINA	DR. NEY WALMOR HUBNER
25	SÃO PAULO	DR. ADAUTO ROCCHETTO
26	SERGIPE	EM PROCESSO DE MUDANÇA
27	TOCANTINS	DRA. VALQUIRIA MOREIRA REZENDE

"EM TEMPO"

Por: Edson Schettine de Aguiar

Adesguianos em Destaque na Marinha

O Vice-Almirante Carlos Augusto de Souza (ESG 1999) foi promovido ao posto de Almirante de Esquadra, sendo transferido do Comando do 1° Distrito Naval para o Ministério da Defesa como Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; o Vice-Almirante Airton Teixeira Pinho Filho (ESG 2002) até recentemente no Comando do 3° Distrito Naval, foi nomeado Vice-Chefe do Estado Maior da Armada; o Vice-Almirante Bernardo José Pierantoni Gambôa assumiu o Comando do 3° Distrito Naval; o Contra-Almirante José Carlos Mathias (ESG) 2005, promovido a Vice-Almirante, é o novo Comandante do 7° Distrito Naval.

Adesguianos em Destaque na Marinha

O Contra-Almirante Carlos Frederico Carneiro Primo (ESG 2007) é o novo Comandante do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA); o Contra-Almirante (IM) Anatalício Risden Júnior (ESG 2003) foi promovido a Vice-Almirante, permanecendo na Secretaria Geral de Marinha.

Os Vice-Almirantes Walter Carrara Loureiro (ESG 1996) foi designado para o Sistemas de Armas da Marinha; o Contra-Almirante Edevaldo Teixeira de Abreu Filho (ESG 2009) foi designado para o Centro de Inteligência da Marinha (CIM); o Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli (ESG 2008) foi promovido ao posto de Vice-Almirante. Os Capitães-de-Mar-e-Guerra Paulo Cesar Mendes Biasoli (ESG 2010) e Marcelo Francisco Campo (ESG 2010) foram promovidos ao posto de Contra-Almirante.

Promoção de Magistrado

O Juiz João Ziraldo Maia, foi promovido a Desembargador. É magistrado desde 1992 e Esguiano desde 1997 – Turma Cruzeiro do Sul.

Mobilidade e Implantação

Foi lançado no último 12 de abril, na sede da ADESG-RJ, o livro "Mobilidade e Implantação – Como a Língua Portuguesa Sobreviveu à Língua Geral", da Professora-Doutora Aileda de Mattos. Os interessados poderão adquirir o livro visitando o site da editora www.editoraluzes.com.br

Soamar/CE e Soamar/Brasil

Sob a liderança do presidente Ary Gadelha de Alencar Araripe, a SOAMAR – Sociedade dos Amigos d Marinha do Ceará está promovendo reuniões preparatórias para as eleições para a Presidência da SOAMAR-Brsil. O evento será realizado em Fortaleza e contará com a presença do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto.

Encontro

O Brigadeiro Delano Teixeira Menezes, atual Diretor do Camus Brasília da ESG, estará promovendo, em junho, um encontro com os Esguianos e Adesguianos residentes no Distrito Federal.

PERFIL ESG

MOACIR ELIAS

Membro da turma ESG 1982 – Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, Dr. Moacir Elias, clínico geral e médico cardiologista renomado, ocupou a Presidência da ADESG por duas ocasiões: seu primeiro mandato foi no biênio 1988/1989, e o segundo entre 2000 e 2001. Constantemente engajado, foi também membro de nosso Conselho Superior.

Descendente de sírio-libaneses, Dr. Moacir Elias veio de uma família de quatro irmãos para deixar uma marca indelével na Associação, sendo reconhecidos seu brilhantismo e poder de oratória. Foi grande defensor da ADESG e da ESG, sempre exaltando a integridade e importância social de ambas as organizações.

O médico partiu em 17 de agosto de 2006 deixando incontáveis amigos, admiradores e eterna saudade.

"A ADESG, por estar em todo o país e cultuar a Pátria acima dos regimes, paira soberana sobre todas as questões. É a entidade que defende a unidadede pensamento na diversidade cultural do Brasil."

Moacir Elias

ADESG

COR UNUM ET ANIMA UNA PRO BRASILIA

60 ANOS
LAPIDANDO
LIDERANÇAS.

COMPETÊNCIA RECONHECIDA A SERVIÇO DA DEFESA E SEGURANÇA

ICN - Construção de Submarinos

Mectron Organização Odebrecht - Míssil Ar-Ar de Curto Alcance

A Odebrecht Defesa e Tecnologia atua na gestão e implantação de grandes projetos na área de Defesa e Segurança, desde sua estruturação, arquitetura financeira, desenvolvimento de tecnologias brasileiras, produção e integração industrial no país, garantindo o gerenciamento integrado de todas as etapas desses projetos, bem como execução e performance.

ODEBRECHT
Defesa e Tecnologia

www.odebrecht.com